



Novo Direito Processual
por Salomão Viana



Novo Direito Processual
por Salomão Viana

DIREITO DE AÇÃO

2ª parte



DIREITO DE AÇÃO – 2ª parte

SUMÁRIO

1 – Condições da ação.

1.1 – Possibilidade jurídica do pedido.

1.2 – Legitimidade para agir em juízo.

1.2.1 – Classificação.

1.2.2 – Características da legitimação extraordinária.

1.2.3 – Substituição processual X sucessão processual.

1.2.4 – Substituição processual X representação processual.

1.3 – Interesse de agir.

2 – Tipologia das demandas (tipologia das “ações”).

3 – Demandas de caráter dúplice (“ações dúplices”).

4 – Cumulação de demandas (cumulação de “ações”).

5 – Concurso de demandas (concurso de “ações”).



“CONDIÇÕES DA AÇÃO”



CPC

Art. 3º Para propor ou contestar ação é necessário ter **interesse** e **legitimidade**.



CPC

Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a **possibilidade jurídica**, a **legitimidade das partes** e o **interesse processual**;



***JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
DO EXAME DO MÉRITO***



JUÍZO DE MÉRITO



***JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
DO EXAME DO MÉRITO***

***CONDIÇÕES DA
AÇÃO***



JUÍZO DE MÉRITO



“CONDIÇÕES DA AÇÃO”

- *Possibilidade jurídica do pedido*
- *Legitimidade para agir em juízo*
- *Interesse de agir*







“CONDIÇÕES DA AÇÃO”

-Possibilidade jurídica do pedido



POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO: “inexistência, no ordenamento jurídico, de uma previsão que o torne inviável”

Moniz de Aragão







“CONDIÇÕES DA AÇÃO”

-Legitimidade para agir em juízo

(capacidade de conduzir o processo ou “legitimatio ad causam” ou “legitimatio ad causam petendi” ou “legitimatio ad agendum”)



CLASSIFICAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO “AD CAUSAM”

LEGITIMAÇÃO ORDINÁRIA

LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

- Autônoma*
- Subordinada*



CLASSIFICAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO “AD CAUSAM”

LEGITIMAÇÃO EXCLUSIVA

LEGITIMAÇÃO CONCORRENTE OU COLEGITIMAÇÃO



CLASSIFICAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO “AD CAUSAM”

LEGITIMAÇÃO ISOLADA OU SIMPLES

LEGITIMAÇÃO CONJUNTA OU COMPLEXA



CLASSIFICAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO “AD CAUSAM”

LEGITIMAÇÃO TOTAL

LEGITIMAÇÃO PARCIAL



CLASSIFICAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO “AD CAUSAM”

LEGITIMAÇÃO ORIGINÁRIA

LEGITIMAÇÃO DERIVADA



CARACTERÍSTICAS DA LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA:

1 – Excepcionalidade;



CARACTERÍSTICAS DA LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA:

2 – Atuação do legitimado na qualidade de parte, e não de representante da parte;



CARACTERÍSTICAS DA LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA:

3 – Possibilidade de ocorrência em qualquer dos polos da demanda;



CARACTERÍSTICAS DA LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA:

4 – Extensão da coisa julgada ao substituído, salvo expressa disposição legal;



CDC (Lei n. 8.078/90):

Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará **coisa julgada**:

I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.



CARACTERÍSTICAS DA LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA:

5 – Possibilidade de sujeição do legitimado a sanções processuais;



CARACTERÍSTICAS DA LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA:

6 – Poderes limitados à gestão processual, sem autorização para dispor do direito material;



CARACTERÍSTICAS DA LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA:

7 – A inexistência conduz à extinção do processo sem a resolução do mérito.



SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL X SUCESSÃO PROCESSUAL



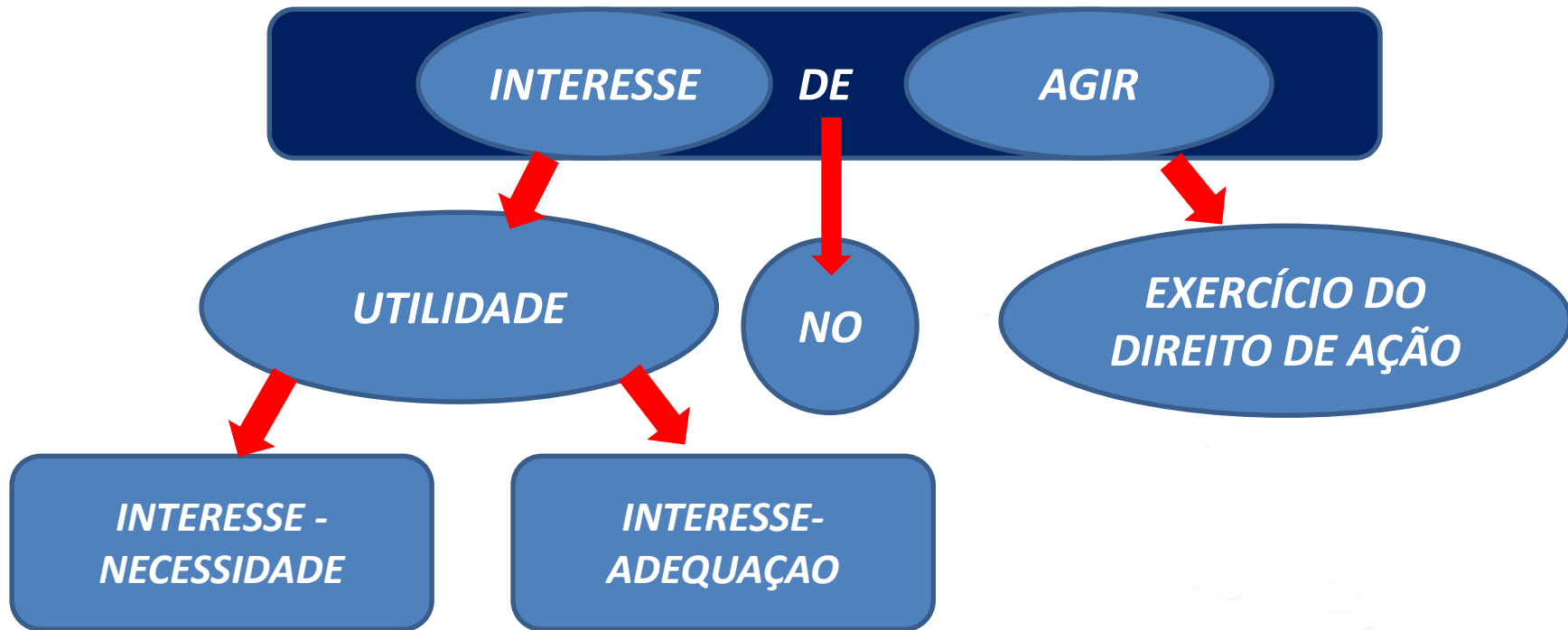
SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL X REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL



“CONDIÇÕES DA AÇÃO”

Interesse de agir







TIPOLOGIA DAS DEMANDAS (TIPOLOGIA DAS “AÇÕES”)



CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS (CLASSIFICAÇÃO DAS “AÇÕES”)

SEGUNDO A NATUREZA DA RELAÇÃO JURÍDICA DISCUTIDA:

Reais

Pessoais



CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS (“AÇÕES”)

SEGUNDO O BEM DA VIDA OBJETO DA DISPUTA:

Mobiliárias

Imobiliárias



CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS (“AÇÕES”)

SEGUNDO O TIPO DE TUTELA JURISDICIONAL:

1- De conhecimento (ou de cognição ou cognitivas ou declaratórias “lato sensu”)

1.1 - Declaratórias “stricto sensu”

1.2 - Constitutivas (positivas, negativas ou modificativas)

1.3 - De prestação (ou impositivas de obrigação)

1.3.1 - De fazer

1.3.2 - De não fazer

1.3.3 - De dar

1.3.3.1 - Dinheiro

1.3.3.2 - Coisa distinta de dinheiro

1.3.3.2.1 - Coisa certa

1.3.3.2.2 - Coisa incerta

2 - Executivas

3 - Cautelares

(4 - Executivas “lato sensu” e 5 - Mandamentais)



***DEMANDAS DE CARÁTER DÚPLICE
("AÇÕES DÚPLICES")***

DEMANDAS DE CARÁTER DÚPLICE ("AÇÕES DÚPLICES")

SENTIDO PROCESSUAL: o procedimento permite que o réu formule pedido contra o autor na própria contestação (ex: o procedimento dos juizados especiais).

SENTIDO MATERIAL: qualquer que seja o conteúdo do julgamento do mérito, a decisão implicará a atribuição do bem da vida da uma das partes. Não há necessidade de reconvenção ou de pedido contraposto (ex.: demandas meramente declaratórias).



***CUMULAÇÃO DE DEMANDAS
(CUMULAÇÃO DE “AÇÕES”)***



CONCURSO DE DEMANDAS (CONCURSO DE “AÇÕES”)

Concurso objetivo

- Impróprio

- Próprio

Concurso subjetivo



LEITURA MÍNIMA –

Capítulos iniciais das seguintes obras (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Braga, Paula Sarno. *Processo Civil – Teoria Geral do Processo Civil*, 2ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Cintra, Antonio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*, 30ª edição. São Paulo: Malheiros, 2014.

Didier Jr., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil – Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento*, volume 1, 16ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2014.

Marinoni, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil – Teoria Geral do Processo*, volume 1, 8ª edição. São Paulo: RT, 2014.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Adonias, Antônio; Klippel, Rodrigo. *Manual de Direito Processual Civil*, 3ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Braga, Paula Sarno. *Processo Civil – Teoria Geral do Processo Civil*, 2ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Câmara, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*, volume I, 25ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.

Cintra, Antonio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*, 29ª edição. São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - continuação (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Didier Jr., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil – Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento*, volume 1, 16ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2014.

Dinamarco, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, volume I, 7ª edição. São Paulo: Malheiros, 2013.

Greco, Leonardo. *Jurisdição Voluntária Moderna*. São Paulo: Dialética, 2003.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - continuação (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Marinoni, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil – Teoria Geral do Processo*, volume 1, 8ª edição. São Paulo: RT, 2014.

Santos, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, volume 1, 29ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

Scarpinella Bueno, Cássio. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Direito Processual Civil*, volume 1, 8ª edição. Saraiva: São Paulo, 2014.

